



## 1. INTRODUÇÃO

Dentre as várias atribuições previstas na legislação do Sistema de Controle Interno Municipal está a realização de Verificações de caráter preventivo e corretivo.

Essa poderosa ferramenta do Sistema de Controle Interno permitirá ao seu final, avaliar os atos da administração quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, eficácia, eficiência e efetividade, oferecendo segurança ao administrador público perante a sociedade e os órgãos de controle externo se medidas concretas forem adotadas no sentido de apurar fatos, corrigir falhas ou erros eventualmente apurados.

## 2. OBJETIVOS

Verificar o cumprimento dos índices constitucionais referentes à aplicação de despesas em educação, saúde e pessoal, por parte do poder Executivo do município, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislação em vigor tendo como referência o período do 3º Quadrimestre de 2024.

## 3. APURAÇÃO DA RECEITA COM IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrentes de impostos, incluídas as transferências de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde.

Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências de Impostos

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS LÍQUIDAS	ATÉ O PERÍODO
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	15.058.016,22
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.028.597,22
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.525.450,10
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.745.813,49
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.758.155,41
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	71.470.390,03
Cota-Parte FPM	32.101.350,55
Cota-Parte ITR	1.319.313,14
Cota-Parte IPVA	6.125.384,34
Cota-Parte ICMS	31.551.170,40
Cota-Parte IPI-Exportação	373.171,60
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>86.528.406,25</b>

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos a serem aplicados em saúde.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno

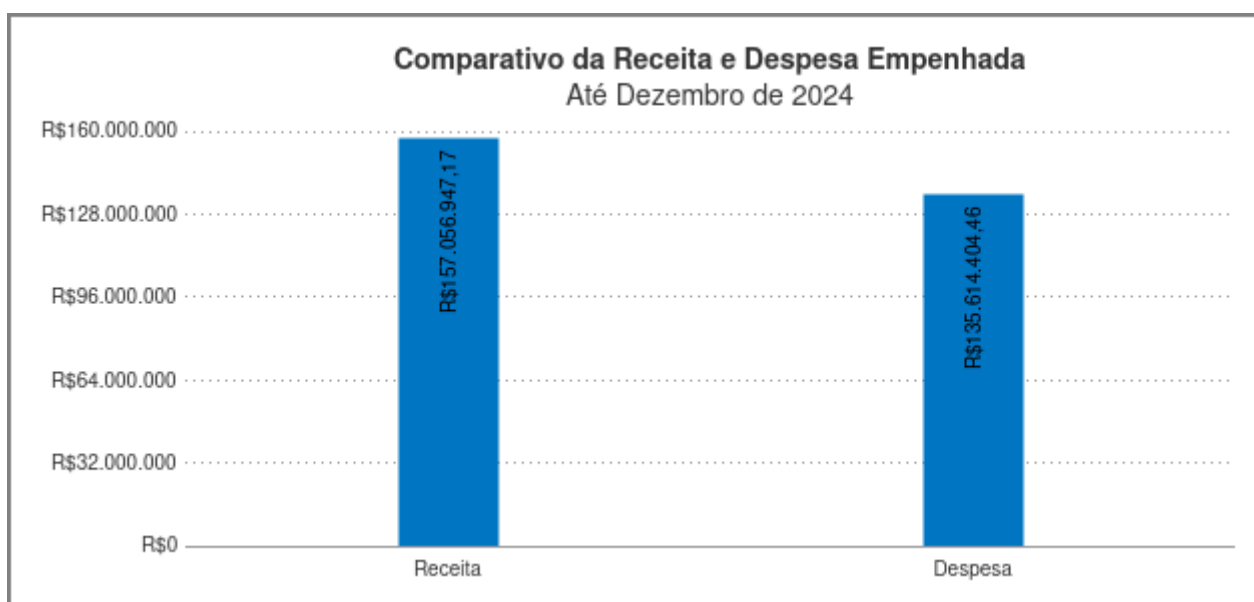


#### 4. ANÁLISE ENTRE RECEITA E DESPESA

Fazendo uma análise entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada até o mês de 3º Quadrimestre de 2024, podemos perceber que os números nos apresentam um Superávit Orçamentário no valor de R\$21.442.542,71 já que a Receita Total Arrecadada acumulou o valor de R\$157.056.947,17, enquanto que a Despesa Empenhada Total acumulou o valor de R\$135.614.404,46, conforme podemos perceber claramente no quadro abaixo:

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas e Despesas Empenhadas

Descrição	Correntes	Capital	Total
Receitas Realizadas	126.552.721,47	30.504.225,70	<b>157.056.947,17</b>
Despesas Empenhadas	117.199.637,02	18.414.767,44	<b>135.614.404,46</b>
<b>Situação Orçamentária</b>	<b>Superávit Orçamentário</b>		<b>21.442.542,71</b>
<b>Percentual da Despesa Empenhada em Relação à Receita Realizada até o Mês:</b>			<b>86,35</b>



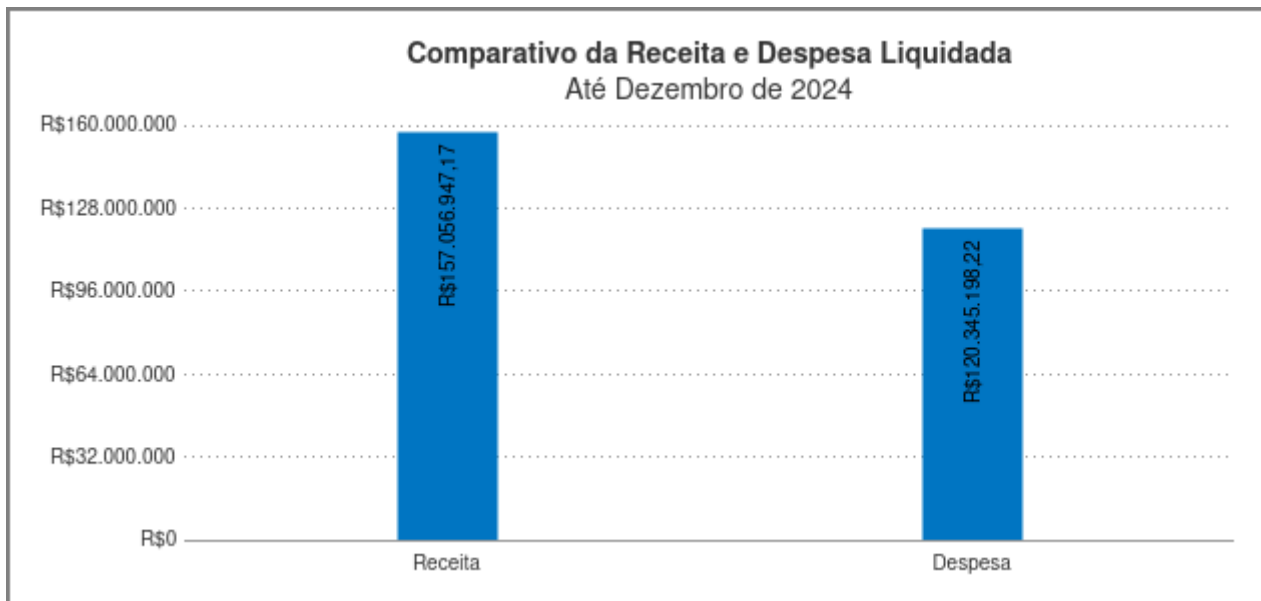
Fazendo outra análise entre a Receita Arrecadada e a Despesa Liquidada até o mês de Dezembro de 2024, podemos perceber que os números nos apresentam um Superávit Orçamentário no valor de R\$36.711.748,95 já que a Receita Total Arrecadada acumulou o valor de R\$157.056.947,17, enquanto que a Despesa Liquidada Total acumulou o valor de R\$120.345.198,22, conforme também podemos perceber no quadro abaixo:

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas e Despesas Liquidadas

Descrição	Correntes	Capital	Total
Receitas Realizadas	126.552.721,47	30.504.225,70	<b>157.056.947,17</b>
Despesas Liquidadas	110.708.102,62	9.637.095,60	<b>120.345.198,22</b>
<b>Situação Orçamentária</b>	<b>Superávit Orçamentário</b>		<b>36.711.748,95</b>
<b>Percentual da Despesa Liquidada em Relação à Receita Realizada até o Mês:</b>			<b>76,63</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



A Lei 4.320/64, em seu Artigo 48, Alinea 'b', define como necessário: '*manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a deduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria*'.

Podemos ainda dizer que para cada R\$1,00 de despesa liquidada, o município arrecadou R\$ 1,31 de receita.

## 5. APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das Receitas Correntes Líquidas, informação utilizada como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de Pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade fiscal.

Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas - RCL

DESCRIÇÃO DA RECEITA	NO PERÍODO	ACUMULADO 12 MESES
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>47.825.776,61</b>	<b>140.846.924,68</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>5.553.274,37</b>	<b>17.299.649,74</b>
IPTU	181.572,80	3.028.597,22
ISS	2.320.531,14	5.745.813,49
ITBI	1.318.102,71	2.525.450,10
IRRF	1.356.434,40	3.758.155,41
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	376.633,32	2.241.633,52
<b>Contribuições</b>	<b>478.288,02</b>	<b>1.282.819,27</b>
<b>Receita de Patrimonial</b>	<b>1.333.963,92</b>	<b>3.877.371,99</b>
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.226.639,17	3.568.617,21
Outras Receitas Patrimoniais	107.324,75	308.754,78
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>27.878,03</b>	<b>122.260,47</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>40.357,48</b>	<b>321.450,93</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>40.153.077,30</b>	<b>117.419.503,96</b>
Cota-Parte do FPM	12.448.838,47	35.415.082,16
Cota-Parte do ICMS	10.922.249,47	31.551.170,40
Cota-Parte do IPVA	1.803.842,09	6.125.384,34



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



Cota-Parte do ITR	1.048.065,19	1.319.313,14
Transferências da LC 61/1989	143.099,53	373.171,60
Transferências do FUNDEB	7.701.664,28	22.809.167,25
Outras Transferências Correntes	6.087.348,27	19.826.215,07
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>238.937,49</b>	<b>523.868,32</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.875.154,71</b>	<b>14.294.203,21</b>
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.875.154,71	14.294.203,21
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	<b>42.950.621,90</b>	<b>126.552.721,47</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF) (IV)	0,00	200.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)</b>	<b>42.950.621,90</b>	<b>126.352.721,47</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	734.240,00	1.909.024,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)</b>	<b>42.216.381,90</b>	<b>124.443.697,47</b>

O total da Receita Corrente Líquida (RCL) no valor de R\$ 124.443.697,47, demonstrado no quadro acima, serve como base de cálculo para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 6. DESPESAS COM PESSOAL

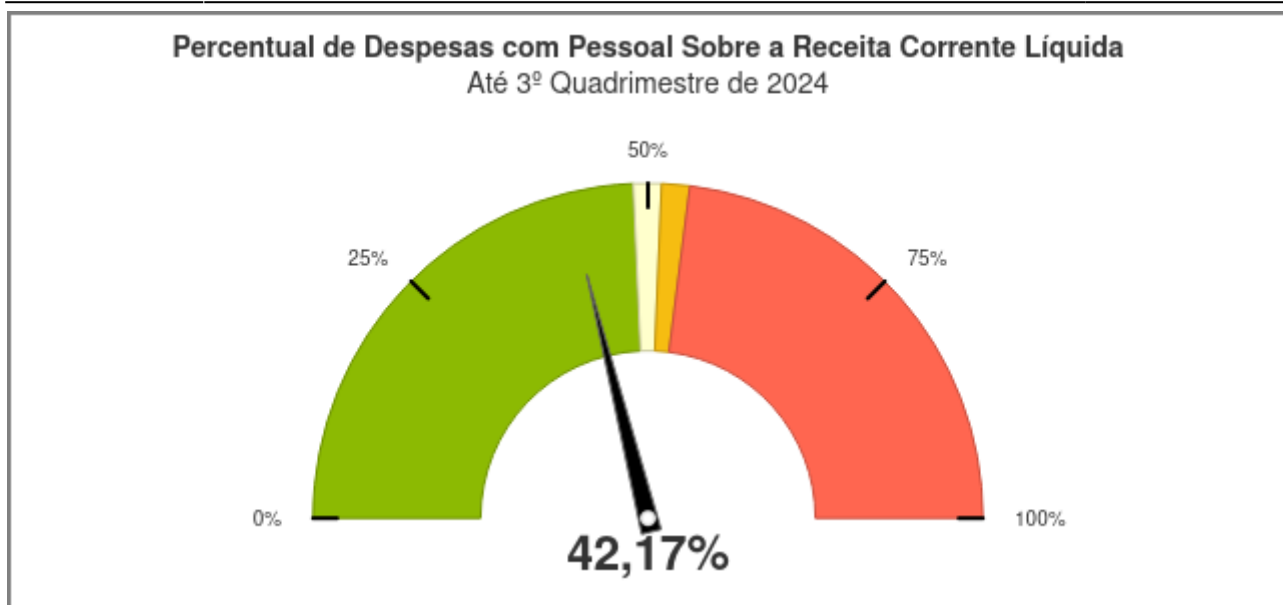
No quadro das Despesas com Pessoal, verificamos que o Poder Executivo do município teve a importância de R\$ 52.474.590,17 gastos em Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses, o que equivale a 42,17% da Receita Corrente Líquida Ajustada do período, que atingiu o montante de R\$ 124.443.697,47, estando assim, abaixo do limite máximo estabelecido no art. 20, b da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

### Demonstrativo das Despesas com Pessoal

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	55.796.022,48	20.141,28
Pessoal Ativo	55.796.022,48	20.141,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	3.321.432,31	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.375.954,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>52.474.590,17</b>	<b>20.141,28</b>
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)</b>	<b>124.443.697,47</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>52.474.590,17</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>67.199.596,63</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>63.839.616,80</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>60.479.636,97</b>	<b>0,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



## 7. DESPESAS COM EDUCAÇÃO

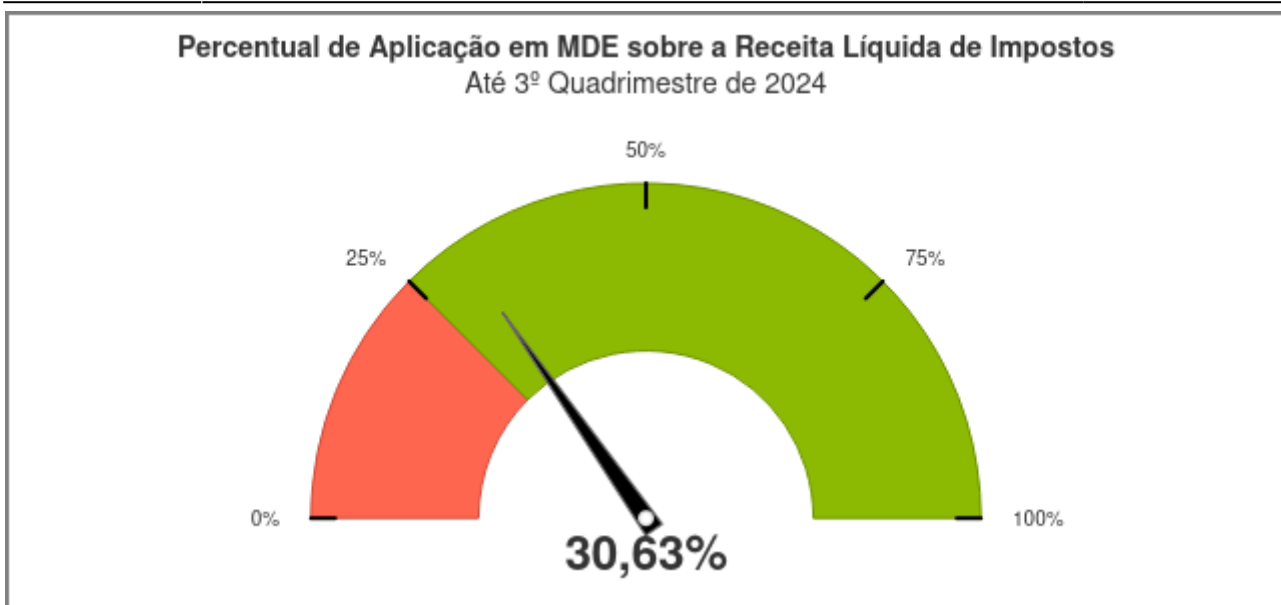
No Demonstrativo de Gastos com MDE, é demonstrado o que o município aplicou em Despesas com Educação a importância de R\$ 27.521.240,69 com recursos próprios, o que representa 30,63% da Receita Proveniente de Impostos e Transferências de Impostos até o período.

### Demonstrativo dos Gastos com MDE

<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB</b>	<b>VALOR EXECUTADO</b>
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	13.905.287,11
20.1 - Ensino Infantil	1.978.696,44
20.2 - Ensino Fundamental	11.926.590,67
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00
20.7- Outras	0,00
<b>APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL</b>	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	13.905.287,11
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	14.294.078,01
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	678.124,43
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	27.521.240,69



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



Com relação a aplicação dos recursos do FUNDEB, verifica-se que o município arrecadou um montante de R\$ 23.108.217,78 em receitas e teve o montante de R\$ 24.089.188,23 em gastos até o período.

Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	VALOR
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	23.108.217,78
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	23.108.217,78
6.1.1- Principal	22.809.167,25
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	299.050,53
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00
6.2.1- Principal	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00
6.3.1- Principal	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00
6.4.1- Principal	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
<b>7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)</b>	<b>8.515.089,24</b>
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	24.089.188,23
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	20.702.750,54
10.1.1 - Educação Infantil	10.053.953,48
10.1.2 - Ensino Fundamental	10.648.797,06
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00



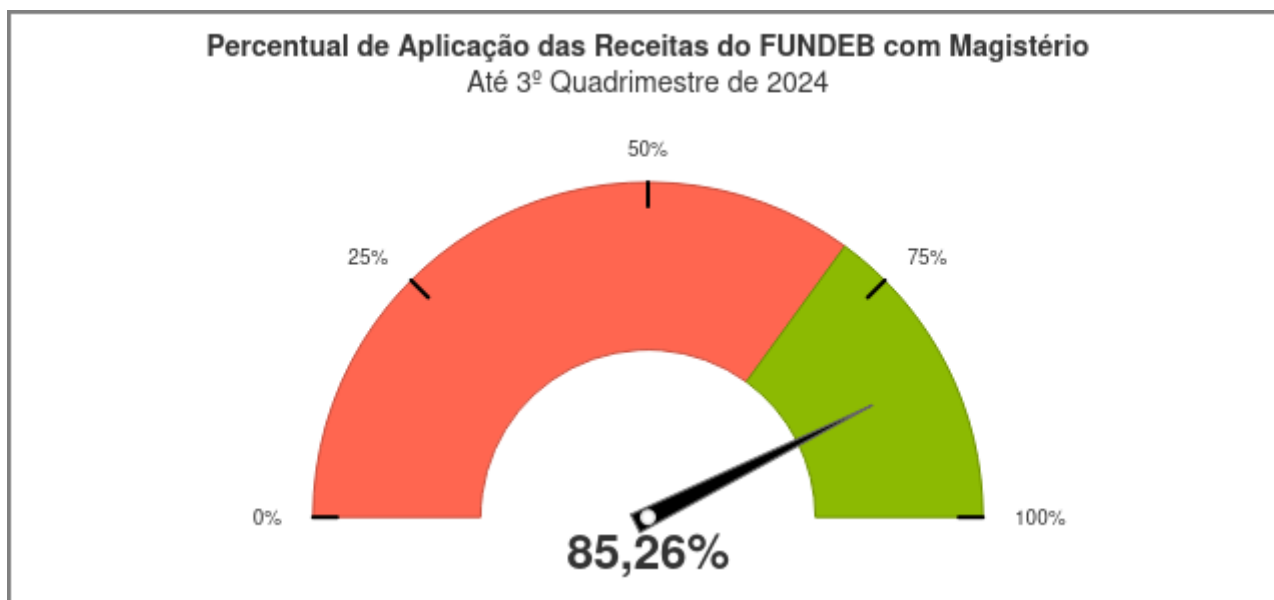
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



10.1.5- Administração Geral	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	3.386.437,69
10.2.1- Educação Infantil	195.042,61
10.2.2- Ensino Fundamental	3.191.395,08
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00
10.2.7- Outras	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR APLICADO	ÍNDICE
Mínimo de 70% de despesas com remuneração dos profissionais da educação básica	19.702.750,54	85,26
Máximo de 30% com despesas de outras ações obrigatoriamente consideradas despesas de MDE	3.386.437,69	14,65
Mínimo de 90% de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício	24.089.188,23	104,25

Verifica-se ainda que o município aplicou o valor de R\$ 19.702.750,54 equivalente a 85,26% do mínimo de 70% dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Profissionais da Educação Básica até o Período.



Verifica-se que o município aplicou o valor de R\$ 3.386.437,69 equivalente a 14,65% do máximo de 30% de despesas com outras ações obrigatoriamente consideradas despesas de MDE.

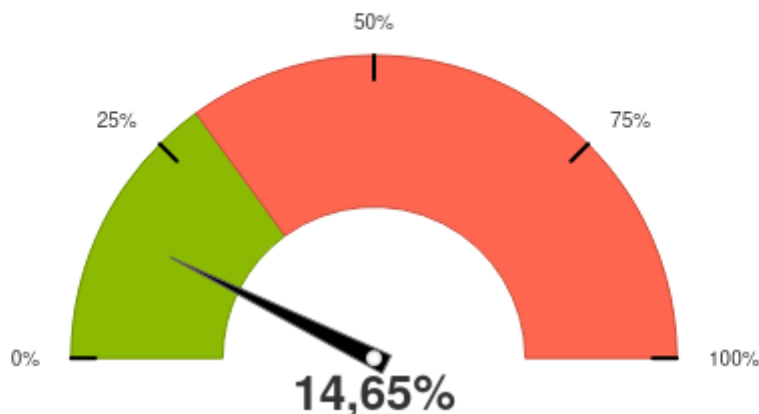


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



**Máximo de 30% com despesas de outras ações obrigatoriamente consideradas despesas de MDE**

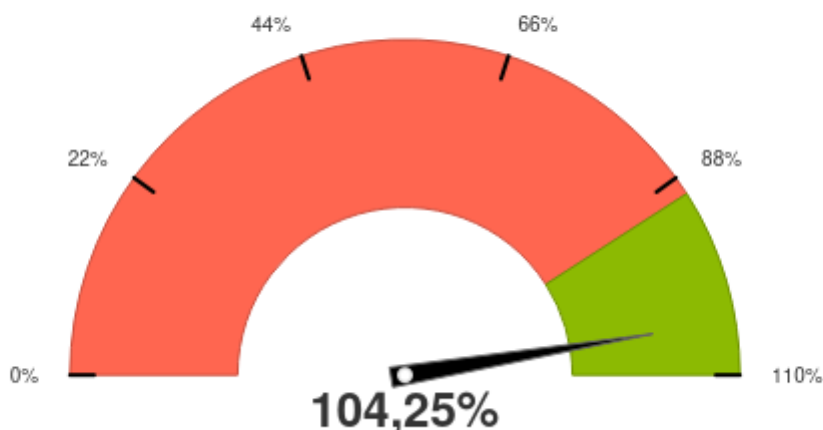
Até 3º Quadrimestre de 2024



E por final verifica-se que o município aplicou o valor de R\$ 24.089.188,23 equivalente a 104,25% do mínimo de 90% de utilização dos recurso do FUNDEB no exercício.

**Mínimo de 90% de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício**

Até 3º Quadrimestre de 2024



## 8. DESPESAS COM SAÚDE

De acordo com os dados apresentados no Demonstrativo dos Gastos com Saúde, conclui-se que o município aplicou a importâncias de R\$ 30.147.499,40 em despesas com Saúde, sendo que destes, R\$ 17.101.579,91 foram de recursos próprios em ações básicas de saúde, o que equivale a 19,76% da Receita Proveniente de Impostos e Transferências de Impostos.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



Demonstrativo dos Gastos com Saúde

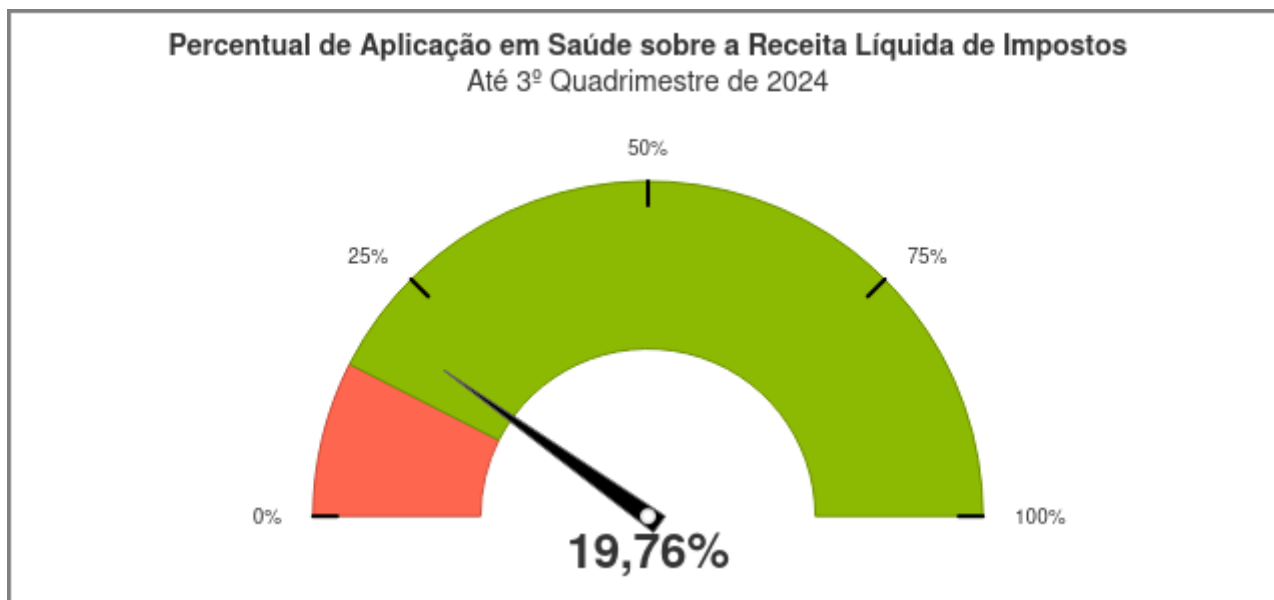
<b>DESPESAS COM SAÚDE (POR SUBFUNÇÃO)</b>	<b>VALOR LIQUIDADO</b>
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	29.826.418,09
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	218.105,05
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	102.976,26
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>30.147.499,40</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS</b>	<b>VALOR</b>
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	12.724.838,18
Despesas Correntes	11.339.839,63
Despesas de Capital	1.384.998,55
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	218.105,05
Despesas Correntes	213.633,55
Despesas de Capital	4.471,50
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	102.976,26
Despesas Correntes	102.976,26
Despesas de Capital	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>13.045.919,49</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>VALOR</b>
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	17.101.579,91
Despesas Correntes	16.697.917,14
Despesas de Capital	403.662,77
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00
Despesas Correntes	0,00
Despesas de Capital	0,00
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>17.101.579,91</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	
Total das Despesas com ASPS (XI) = (X)	17.101.579,91
(1) Restos a Pagar em Exercícios Anteriores (XII)	0,00
(2) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00
(3) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Recursos do Orçamento (XV)	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



(e) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	17.101.579,91
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	12.979.260,94
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (Lei Orgânica Municipal)	12.979.260,94
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) *	4.122.318,97
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)</b>	<b>19,76</b>



## 9. CONCLUSÕES

De forma sintética, o presente relatório produzido pela Controladoria Interna, está baseado em critérios adotados pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina e aponta os seguintes resultados das contas do governo do município de São Joaquim como referência o período do 3º Quadrimestre de 2024:

**1) Execução orçamentária (balanço):** demonstrou um resultado com Superávit de R\$ 36.711.748,95;

**2) Ações e serviços públicos de saúde:** aplicação de 19,76% do produto da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, estando desta forma acima do percentual mínimo de 15% exigidos no art. 198 da Constituição Federal c/c o art. 77, III, do ADCT;

**3) Manutenção e desenvolvimento do ensino:** aplicação de 30,63% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino estando desta forma acima do mínimo de 25% exigido no art. 212 da Constituição Federal;

**4) Aplicação dos recursos do FUNDEB:** aplicação de 85,26% dos recursos oriundos do FUNDEB para remuneração dos profissionais do magistério e educação básica, ficando assim acima do percentual mínimo de 70% estabelecido no art. 60, XII, do ADCT e art. 223-6476 e-mail: [controleinterno@saojoaquim.sc.gov.br](mailto:controleinterno@saojoaquim.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**  
 CNPJ 82.561.093/0001-98  
 Secretaria Municipal de Controle Interno



22, da Lei 11.494/2007;

**5) Despesas com pessoal do Poder Executivo:** realização de despesa total com pessoal no Poder Executivo equivalente a 42,17% da receita Corrente Líquida, cumprindo o limite máximo de 54,00% fixado no art. 20, III, b, da Lei Complementar 101/2000;

O Quadro a seguir sintetiza o exame realizado:

<b>1. Resultados Orçamentário e Financeiro</b>	<b>Resultado</b>	<b>Valor</b>
1.1. Resultado Orçamentário	Superávit	36.711.748,95
<b>2. Limites Mínimos</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Resultado (%)</b>
2.1. Aplicação Total em Saúde	15%	19,76%
2.2. Aplicação Total em Ensino	25%	30,63%
2.3. FUNDEB (Aplicação nos profissionais do ensino)	70%	85,26%
<b>3. Limites Máximos</b>	<b>Máximo</b>	<b>Resultado</b>
3.1. Despesa com Pessoal do Poder Executivo	54,00%	42,17%

Desta forma, conforme observado no presente relatório, ao final do período de referência ( 3º Quadrimestre de 2024) foram cumpridas totalmente as metas relacionadas com os setores de saúde, educação, despesas com profissionais do magistério e limite de despesas com pessoal.

São Joaquim, 21 de Fevereiro de 2025.

Sara Arioli Cardoso  
 Controladora Interna